

A PSICOLOGIA NAS REFORMAS EDUCACIONAIS DA DÉCADA DE 1920

Adriane Guimarães de Siqueira **Lemos** – UFG

Resumo

Este artigo tem por objetivo investigar a relação psicologia-educação na década de 1920, tendo por foco os princípios psicológicos da Escola Nova presentes nas principais reformas educacionais desse período. Reconhecendo a influência do aporte psicológico na educação, faz-se necessário trilhar o caminho histórico dessa vinculação, o que permite refletir sobre indícios dessa constituição na forma atual da relação psicologia-educação. Verificou-se que nas reformas da década de 1920, o conhecimento psicológico esteve presente nos fundamentos teóricos, com forte influência da concepção funcionalista de adaptação e ajustamento do comportamento humano; cognição com função prática e utilitária; na concepção de infância, com destaque para a psicologia do desenvolvimento, testes de maturidade, psicologia das diferenças e orientação vocacional; na natureza do currículo; nas técnicas de ensino, com ênfase na escola ativa, integral, focada no trabalho e no meio social produtivo. Tais princípios foram basilares para a mudança na forma de analisar os problemas enfrentados pela escola, orientados pelo viés técnico em detrimento do aspecto político.

Palavras-chave: Psicologia-educação, Escola Nova, Reformas do ensino.

A PSICOLOGIA NAS REFORMAS EDUCACIONAIS DA DÉCADA DE 1920

A intersecção do campo educativo com o campo psicológico está associada à constituição da sociedade brasileira, ocorrendo desde os tempos do Brasil-Colônia com obras que expressavam “ideias psicológicas”, dizendo de preocupações tais como a formação e o desenvolvimento da criança, a possibilidade de influenciar e manipular o comportamento, a compreensão do processo de aprendizagem e o processo educativo na relação familiar (ANTUNES, 2005, p. 22).

Ao longo do tempo essa vinculação foi se complexificando de forma que, conforme Miranda (2003), no contexto atual o viés psicológico destaca-se nos fundamentos da educação e na efetivação do processo de escolarização. O predomínio

das pedagogias psicológicas¹ pode ser notado nos vários âmbitos em que se discute e se realiza o processo educativo: das políticas mundial, nacional e local à resolução dos problemas dentro de sala de aula, a psicologia desponta como resposta para problemas educacionais.

A mesma autora (MIRANDA, 2006) destaca a proeminência do aporte psicológico na política educacional, aporte que quase sempre não é evidenciado nos debates educacionais em função da naturalização das contribuições da ciência psicológica. À vista disso, faz-se necessário problematizar a vinculação psicologia-educação articulando-a as estruturas econômico-sociais mais amplas e investigando, assim, os limites e possibilidades da psicologia da educação. Nesse sentido, olhar para a história pode favorecer na compreensão tanto do caminho trilhado para a atual constituição, quanto na indicação de elementos fundamentais para a reflexão crítica da forma atual dessa relação.

É a partir dessa perspectiva que se propõe olhar as reformas educacionais da década de 1920, entendendo que estas marcam uma significativa alteração no campo pedagógico: a introdução paulatina do técnico em educação referenciado pelo movimento da Escola Nova (NAGLE, 1976). Trata-se de uma mudança gradativa na forma de olhar os problemas enfrentados na escolarização do povo brasileiro, deslocando-os do campo político para o campo de reestruturação e remodelação segundo os princípios do escolanovismo. O fracasso ou o êxito do campo educativo são devotados à aplicação ou não da técnica oriunda do arcabouço científico fornecido pelo escolanovismo, atenuando as dimensões política-econômica-social-histórica-cultural na educação.

Nesse quadro, destacando-se no tripé² que fundamenta a Escola Nova, a psicologia assume papel central não somente para o processo educativo, mas principalmente para o projeto de nação moderna na perspectiva que se consolida com a transição de um capitalismo agrário-comercial para um sistema urbano-industrial (NAGLE, 1976). No contexto educativo, a psicologia sustentada pelo ideário escolanovista acarreta mudanças diversas e que repercute na forma de cientificidade atribuída à técnica educativa (GEBRIM, 2008).

¹ O termo “pedagogia psicológica” refere-se aqui às abordagens pedagógicas que priorizam, em seus fundamentos, o referencial psicológico (MIRANDA, 2003).

² “Entre estes saberes pedagógicos emergiram a biologia, a sociologia e a psicologia. Através deste tripé científico, era possível propor uma pedagogia científica voltada para a criança.” (GEBRIM, 2008, p. 55).

Partindo desse quadro geral, o objetivo aqui é discutir a relação psicologia-educação no contexto republicano, tendo por foco os princípios psicológicos da Escola Nova presentes nas principais reformas educacionais desse período. Nesse sentido, a problemática que se coloca é: que princípios psicológicos da Escola Nova são implementados nas reformas educacionais da década de 1920? De que forma tais princípios se articulam ao contexto político-econômico-social mais amplo?

Para tanto, faz-se necessário percorrer uma trajetória que inclui a compreensão da relação psicologia-educação no contexto político-econômico-social do período elencado; a apreensão da especificidade do pensamento psicológico nos fundamentos do escolanovismo para, assim, indicar, nesse contexto histórico, os princípios psicológicos da Escola Nova nas reformas educacionais efetivadas na década de 1920.

I. PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DAS REFORMAS DE 1920

Examinando as dificuldades que se colocam para a pesquisa psicológica, Loureiro (2008, p. 37) aborda a complexidade do estudo científico no qual o próprio homem, além de pesquisador, é objeto da pesquisa, o que o torna “sujeito e objeto do seu próprio conhecimento”. Por ser social, a vida humana, e conseqüentemente a produção de conhecimento, está imbricada à produção da existência, não havendo dissociação entre o produto da atividade humana e a forma de sua produção. Diante disso, faz-se necessário entender a partir do contexto republicano a relação psicologia-educação na década de 1920.

Tal contexto é caracterizado por Nagle (1976, p.3) como um momento em que “condições estimuladoras e provocadoras” irão engendrar certa “efervescência ideológica” e “inquietação social”, com grandes repercussões para o campo educativo e para as condições e possibilidades de desenvolvimento da psicologia.

A Primeira República (1889-1930) tem sua culminância na política dos governadores, que traduzia, no âmbito político, a conjuntura mais ampla de relações de poder. Trata-se de um contexto político-econômico marcado pelo “continuismo ou imobilismo político” (NAGLE, 1976, p. 4) que se expressavam na força da oligarquia, no coronelismo, no domínio do campo, na ausência de partidos políticos legítimos, na estratificação social, no “voto de cabresto” e outras fraudes eleitorais.

Do ponto de vista econômico, a primeira república pode ser entendida como “uma série de acontecimentos ligados aos processos de produção e comercialização do café” (NAGLE, 1976, p. 12). Por meio da regulação do comércio do café, viabilizada por uma política de valorização do produto, configurou-se a sociedade do café, isto é, uma organização social centrada na agricultura de exportação com consequências para os âmbitos político, social, cultural. Dentre essas consequências, destaca-se a concentração de renda que, aliada ao excedente de mão-de-obra livre e expansão do mercado de consumo interno; formam condições essenciais para o processo de industrialização do país.

Dessa forma, o período que comporta os anos de 1918 a 1930 é entendido por Ribeiro (2011) como o declínio das oligarquias, devido às mudanças decorrentes dos processos de industrialização e urbanização crescentes. Tais transformações podem ser exemplificadas pelo estabelecimento da burguesia industrial e do operariado; pelo choque de interesses entre a classe dominante tradicional (produtores de café) e a burguesia industrial (cafeicultores que investiram na indústria) repercutindo no campo político; e pelo crescimento dos movimentos operários e das camadas médias. Essa conjuntura gera o que Nagle (1976, p.6) retrata como “ponto de encruzilhada”: de um lado, o “esforço para a manutenção da ordem política tradicional”; de outro, a luta por transformações na ordem político-econômico vigente.

É desse bojo que resultam as reformas educacionais da década de 1920. Dessarte o campo educacional também sofre os efeitos, ao mesmo tempo em que os impulsiona, das amplas transformações do contexto sócio-econômico-político mais amplo, inspirado no ideário liberal e no escolanovismo, em movimentos que Nagle (1976) denomina de entusiasmo pela escolarização e otimismo pedagógico. Entusiasmo pela escolarização é entendido por esse autor como “a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo”. O otimismo pedagógico se traduziu na “crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do novo homem brasileiro (escolanovismo)”. Ambos se integram na “crença na possibilidade de reformar a sociedade pela reforma do homem” (NAGLE, 1976, p. 99-100).

É nessa perspectiva que se efetivam as discussões e reformas educacionais na década de 1920 tendo em vista remodelar e reestruturar as instituições de ensino em

uma perspectiva apropriada às aspirações de modernidade que predominava no país. A escolarização desponta como solução para os problemas nacionais. Dissemina-se a crença de que por meio da escola é possível formar o cidadão e elevar, assim, o ambiente político da nação, recuperando o país da incultura, da ignorância e do atraso histórico. Todos os outros problemas da sociedade dependem, portanto, da disseminação da educação escolar nos novos moldes modernizantes do escolanovismo (RIBEIRO, 2011).

Em termos práticos, o entusiasmo pela escolarização e o otimismo pedagógico se expressam na luta pela alfabetização; na crença de regeneração social pela regeneração do homem; no nacionalismo com grande preocupação com a formação moral e cívica dos alunos; na formação “prática” e para a “prática”; na disseminação da cultura técnico-profissional; na discussão entre “humanidades literárias versus humanidades científicas” (NAGLE, 1976, p. 117); nas novas formas de organização do ensino; na implementação de cursos de formação de professores; na institucionalização de debates e pesquisas na área educacional e, como objetivo central deste estudo, as reformas educacionais.

Nesse cenário, a psicologia ganha destaque na educação e também na discussão mais ampla de projeto de país apoiado nas ideias de progresso e modernidade. Vale lembrar que, se na Europa e Estados Unidos a psicologia já se desenvolve com estatuto de ciência autônoma com intenso desenvolvimento teórico e potencial de aplicação; no Brasil o processo que segue é descrito por Antunes (2005, p. 37) como “articulação entre potencialidades e necessidades”, ampliando-se e efetivando-se enquanto campo científico e profissional próprio³.

No curso de seu delineamento, o conhecimento psicológico desponta no interior da área médica atrelado ao projeto profilático que propunha a higienização e a disciplinarização da sociedade brasileira, com ênfase no controle social e do processo produtivo⁴. As Ligas Brasileiras de Higiene Mental e os hospícios são os lócus que melhor representam esse ideal eugênico. A psicologia é entendida, assim, como a ciência que possui o conhecimento e a forma de ação para o controle da sociedade, pois é a área de conhecimento “detentora de um saber e de um corpo de técnicas,

³ As produções psicológicas do período colonial e da Primeira República veem das instituições médicas e educacionais. (ANTUNES, 2005).

⁴ Antunes (2005, p. 43) lembra que havia propostas contra hegemônicas no interior das pesquisas psicológicas. O que significa que o desenvolvimento da ciência psicológica discutido neste trabalho, “embora majoritárias, não foram unânimes” (ANTUNES, 2005, p. 43).

particularmente a psicometria” (ANTUNES, 2005, p. 52) que dará as respostas as demandas dessa nova sociedade em construção.

A questão que se destaca neste ideário é a concepção de que a ignorância é uma grave doença social e, por isso, a força do pensamento psicológico no contexto educacional, tornando-se o principal fundamento e instrumento da Pedagogia e, a partir daí, expandindo-se para outras áreas, das quais Antunes (2005) destaca a organização do trabalho e o atendimento clínico nos Serviços de Orientação Infantil.

Junto ao escolanovismo, as teorias e técnicas da Psicologia, de forma articulada às demandas do entusiasmo pela escolarização e ao projeto de modernização do país, desenvolvem-se no campo educativo na forma de técnicas que instrumentalizam a prática pedagógica, enfatizando o indivíduo e as diferenças individuais, a mensuração e quantificação, a avaliação e seleção, a modelação do comportamento e vinculação estreita com o mundo do trabalho. “O tripé Educação-Trabalho-Psicologia fazia-se necessário para o processo de industrialização massiva que se planejava para a sociedade brasileira” (ANTUNES, 2005, p. 67).

A criação do Pedagogium, o Instituto de Psicologia de Pernambuco, a Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico de Belo Horizonte, as Escolas Normais, e a publicação de obras pedagógicas e psicológicas voltadas para essa área de conhecimento, contribuíram para a pesquisa psicológica no campo educativo. Na relação psicologia e educação, tais instituições propiciaram tanto o desenvolvimento do pensamento psicológico quanto, sustentado nesse conhecimento, a cientificidade do campo pedagógico.

Dessa forma, a psicologia e o escolanovismo ganham evidência tornando-se, segundo Saviani (2013), o pensamento hegemônico no Brasil entre 1932 e 1969. Portanto, o período especificado neste estudo é crucial para a compreensão da relação psicologia-educação no contexto das reformas educacionais da década de 1920.

II. A PSICOLOGIA E A ESCOLA NOVA

Nesse contexto de busca por um país moderno e industrializado, faz-se necessário um saber pedagógico que atenda a essas demandas formando o novo homem para essa nova sociedade. A forma em que se organizava e se executava a escolarização dos indivíduos, forma esta ligada à sociedade oligárquica do antigo regime, não atendia as necessidades do regime republicano e do capitalismo urbano-industrial em

desenvolvimento. O movimento da Escola Nova se coloca nesse contexto como a resposta para implementar essa nova escola.

O escolanovismo tem no funcionalismo, “primeira escola exclusivamente norte-americana” (FREIRE, 1997, p. 102), sua principal referência⁵. Tendo por embasamento o evolucionismo, a psicologia do ato, a fenomenologia e o pensamento de Rousseau, o funcionalismo surge na crítica ao estruturalismo colocando, no cerne da orientação do comportamento humano, o papel instrumental da consciência “cuja função é dirigir o comportamento e ajustar o homem às condições ambientais, isto é, ao meio físico e social” (FREIRE, 1997, p. 102).

O problema para o funcionalismo é de origem prática e utilitária: cabe à consciência desenvolver mecanismos que ajustem o comportamento à ação, resolvendo problemas, aplicando-se a questões práticas. Para essa corrente, o conteúdo não é o importante, mas a atuação da consciência, as operações que esta realiza para adaptar-se à vida, isto é, o interesse está na utilidade dos processos mentais, na atividade da mente em sua totalidade, envolvendo o psíquico e o físico. Por isso a ênfase na psicologia aplicada⁶ e a máxima de John Dewey para a educação: aprender fazendo.

A partir dessa base, a Escola Nova emerge no Brasil como crítica à pedagogia tradicional. Esta não poderia resolver os problemas de escolarização do país porque não se adequava às demandas sociais e individuais. Nos pressupostos desse movimento está a crença “no poder da escola e em sua função de equalização social” (SAVIANI, 2009, p. 6) ao prover a oportunidade de todos se integrarem na sociedade consoante suas aptidões naturais. Conforme Saviani (2009, p.7), essa compreensão leva a “uma espécie de biopsicologização da sociedade e da educação e da escola”, sustentando a tese das diferenças individuais ajustadas às demandas sociais. Nesse sentido, trata-se de um ideário pedagógico que aplica no sentimento de valorização de cada indivíduo, pois entende que cada indivíduo é específico em sua função e por isso deve ser aceito e respeitado. De forma geral, o escolanovismo faz o deslocamento:

da questão pedagógica do intelecto para o sentimento; do aspecto lógico para o psicológico; dos conteúdos cognitivos para os métodos ou processos pedagógicos; do professor para o aluno; do esforço para o interesse; da disciplina para a espontaneidade; do diretivismo para o não-diretividade; da

⁵ Várias escolas de pensamento alimentaram o movimento escolanovista. Especificamente sobre a questão psicológica no interior desse movimento, Loureiro (2008, p.40) destaca a “psicologia diferencial, a psicometria, o interacionismo piagetiano e as concepções psicanalíticas sobre o desenvolvimento da personalidade”.

⁶ Psicologia da educação, psicologia do trabalho, psicologia da criança e etc.

quantidade para a qualidade; de uma pedagogia de inspiração filosófica centrada na ciência da lógica para uma pedagogia de inspiração experimental baseada principalmente nas contribuições da biologia e da psicologia. Em suma, trata-se de uma teoria pedagógica que considera que o importante não é aprender, mas aprender a aprender (SAVIANI, 2009, p. 8).

Em vista disso, esse ideário concebe mudanças na organização escolar, na relação professor-aluno, na compreensão de aprendizagem e de desenvolvimento, na prática pedagógica e demais relações estabelecidas na escola. Saviani, (2009, p. 9) resume essa transformação:

Assim, em lugar de classes confiadas a professores que dominavam as grandes áreas do conhecimento, (...) a escola deveria agrupar os alunos segundo áreas de interesses decorrentes de sua atividade livre. O professor agiria como um estimulador e orientador da aprendizagem cuja iniciativa principal caberia aos próprios alunos. Tal aprendizagem seria uma decorrência espontânea do ambiente estimulante e da relação viva que se estabeleceria entre os alunos e entre estes e o professor. Para tanto, cada professor teria de trabalhar com pequenos grupos de alunos (...) e num ambiente estimulante, portanto, dotado de materiais didáticos ricos, biblioteca de classe etc. em suma, a feição das escolas mudaria seu aspecto sombrio, disciplinado, silencioso e de paredes opacas, assumindo um ar alegre, movimentado, barulhento e multicolorido (SAVIANI, 2009, p. 8-9).

A prática pedagógica, de forma específica, é envolta pelo aspecto da cientificidade validada, principalmente, pelos fundamentos psicológicos. Busca-se, assim, conhecer o desenvolvimento infantil, a fim de, por meio de uma pedagogia “legítima, normatizar e intervir na prática educativa” (GEBRIM, 2008, p. 55). Logo, a criança torna-se central nas questões educacionais. Por meio de dados, testes, conhecimentos fornecidos pela psicologia faz-se possível analisar e remodelar a técnica educativa, tendo por fundo a associação entre o conhecimento da criança em seu desenvolvimento e as necessidades sociais de escolarização. Assim, cabe à psicologia fornecer o arcabouço teórico-científico para o campo pedagógico.

Portanto, é a psicologia que abastecerá o campo educativo: com a descrição detalhada do desenvolvimento infantil; com elementos quantitativos para observar, aferir, mensurar e, sobretudo, classificar as diferenças de desenvolvimento, principalmente, as desigualdades cognitivas; com subsídio teórico-prático para o controle do comportamento tendo em vista alterar, modificar, tencionando o pleno desenvolvimento do aluno e sua adaptação na sociedade; com “fundamentação teórica e o recurso técnico necessário para a implementação da prática pedagógica” (GEBRIM, 2008, p. 62).

Nesse cenário, os testes psicológicos ganham importância. O conhecimento geral sobre o desenvolvimento infantil não seria suficiente para a aplicação precisa das técnicas educativas. Os testes, e a partir deles, as medidas e estatísticas, permitiriam tratar da especificidade de cada educando, mostrando ao professor a forma peculiar de intervenção em cada aluno para maior eficiência e êxito no processo adaptativo (GEBRIM, 2008).

Outra contribuição dos testes é a análise dos processos de aprendizagem. Tais estudos levaram à relação entre motivação e aprendizagem. Nessa correlação, o que se busca é o ajustamento individual mediante o controle, a conformação, a adaptação desse componente afetivo-cognitivo. À vista disso, os testes auxiliaram na correlação da educação com as finalidades sociais para formação dos indivíduos, pois, “se a questão inicial era adequar os processos pedagógicos ao desenvolvimento infantil, depois era de que esse desenvolvimento precisava ser submetido à ação educativa” (GEBRIM, 2008, p. 66).

De forma geral, esse é o delineamento do pensamento escolanovista e, de maneira específica, da psicologia enquanto um de seus fundamentos. Juntamente com o ideário liberal, tais princípios nortearam as reformas educacionais na década de 1920 e predominaram no meio educacional até o início dos anos de 1960. Loureiro destaca que “apesar da diversidade da temática, os escritos escolanovistas têm em comum a crença de que a universalização e a diversificação do ensino promove a igualdade de oportunidades e constituem a garantia da democracia na sociedade” (LOUREIRO, 2008, p. 42). Diante do exposto, torna-se evidente que a psicologia tem lugar de destaque não somente nas reformas educativas, mas, principalmente, no projeto de nação aspirado pelo regime republicano e necessário para o capitalismo em desenvolvimento.

III. A PSICOLOGIA NAS REFORMAS EDUCACIONAIS DA DÉCADA DE 1920

Apesar dos poucos dados existentes, Ribeiro (2011), usando o levantamento estatístico do Distrito Federal, apresenta este cenário da educação em 1920: o índice de analfabetos para pessoas de todas as idades era de 75% da população; o ensino secundário permanecia com sua principal característica – a elitização; a matrícula no ensino superior representava 0,05% da população total do país, o que significa que a cada dois mil habitantes, apenas um chegava ao superior.

Esse cenário se repete e até se agrava pelos demais estados o que engendra, juntamente com a conjuntura político-econômico-social mais ampla, as reformas educacionais realizadas principalmente pelos estados e Distrito Federal na década de 1920. Tendo por foco os princípios psicológicos presentes nessas reformas, faz-se necessário compreender, de forma condensada, como se efetuou o remodelamento e a reestruturação do ensino escolar. De forma geral, tais reformas permitiram a ampliação da rede de escolas; o aprimoramento do aparato técnico-administrativo dessas redes; o aperfeiçoamento das condições de funcionamento das escolas; a criação instituições especializadas, escolas práticas e escola primária integral com feições de ensino profissional; reforma curricular; o início da profissionalização do magistério; a introdução de novas práticas de ensino; e, como foco deste estudo, a penetração do ideário escolanovista fundamentado por princípios psicológicos (SAVIANI, 2013). Sobre a remodelação das estruturas e das orientações da prática educativa, Nagle (1976, p. 190) corrobora que efetivamente “tratou-se, no decênio, de substituir o ideário educacional até então vigente, pelos princípios da nova teoria educacional representada pelo escolanovismo”.

O foco foi a escola primária, buscando a transformação radical nos seus objetivos, conteúdos e função social. Concernentemente com o ideário democrático e republicano, a escola primária almejada nas reformas é gratuita, obrigatória e concatenada à “ideia segundo a qual a educação forma o homem brasileiro se o transforma num elemento de produção, necessário à vida econômica do País e importante para elevação dos padrões de vida individuais” (NAGLE, 1976, p. 114).

A primeira é a reforma paulista de 1920 realizada por Sampaio Dória, que, além de inaugurar, serviu de modelo para as reformas subsequentes. Nesta, o foco é o problema do analfabetismo, por isso o grande objetivo é universalizar e garantir as primeiras letras. O ensino primário torna-se gratuito e obrigatório. Por razões financeiras, sua duração será de dois anos. A ideia é diminuir o tempo de escolarização para democratizar o ensino (SAVIANI, 2013). Essa reforma contou com o recenseamento escolar que permitiu “a formulação de algumas estratégias para a ação imediata” (NAGLE, 1976, p. 205) tais como a localização de escolas e o cumprimento da obrigatoriedade escolar. Nessa reforma, tanto o “adiantamento da entrada da criança na escola (...) e a condensação dos programas foram explicados por argumentos de natureza psicopedagógico” (NAGLE, 1976, p. 209). Apesar destes, o que predomina é o

ideário nacionalista e a “compreensão da natureza política do processo de escolarização” (NAGLE, 1976, p. 210).

A reforma cearense, em 1922, tendo Lourenço Filho à frente, segue, em alguns pontos, o mesmo caminho adotado na reforma paulista, diferenciando-se na concepção de escola primária, entendida não somente como alfabetização, mas também como espaço para se aprender “noções necessárias à vida” como, por exemplo, a profissionalização, higiene e saúde, e conhecimentos sobre a vida.

Nesse sentido, cabe destacar a importância do reformador para o campo da educação e da psicologia. De acordo com Antunes (2005, p. 67), Lourenço Filho é considerado “um dos primeiros psicólogos brasileiros e um dos mais importantes protagonistas do processo que levou ao estabelecimento definitivo da Psicologia científica e da profissão de psicólogo no Brasil”. Professor de psicologia e pedagogia na Escola Normal, Lourenço Filho é quem produz o primeiro livro sobre o ideário escolanovista no Brasil. Dentre as suas áreas de interesse, Lourenço Filho desenvolveu pesquisas relacionadas à psicotécnica; escola ativa e escola do trabalho; ensino funcional; psicologia da infância; orientação e instrução técnico-profissional; e, em especial, medidas e testes de aptidão, sendo o “Teste ABC” o mais conhecido. Também se envolveu na produção e publicação de textos didáticos e na tradução de obras importantes do campo da psicologia, do escolanovismo e da sociologia (SAVIANI, 2013).

A reforma baiana, dirigida por Anísio Teixeira em 1925, encerra o que Nagle (1976) chama de primeiro ciclo das reformas, fechando o momento cuja ênfase é na estrutura do ensino, seguindo o modelo iniciado em 1920.

Também aqui torna-se importante destacar o papel do reformador para o campo educativo. Anísio Teixeira compreende o processo de escolarização como “elemento-chave do processo de inovação e modernização da sociedade”, e que, portanto, “educação é um direito de todos e não é jamais um privilégio” (SAVIANI, 2013, p. 222). A forma de olhar para a educação expressa a força do componente político presente nesse primeiro ciclo de reformas.

Terminado um ciclo, inicia-se um novo cuja particularidade é o processo de remodelação, ou seja, não se trata apenas de organizar a estrutura de ensino, mas de implantar um novo modelo que supere as práticas e a formação da pedagogia tradicional. Trata-se de um ciclo em que o ideário escolanovista constará na agenda dos reformadores.

A reforma mineira, em 1927, é que abre esse novo ciclo. Realizada por Francisco Campos e Mário Casasanta, essa reforma incorpora elementos do escolanovismo, introduzindo uma alteração significativa na compreensão e execução da educação brasileira. Nagle (1976, p. 196) elucida esse processo:

Os novos esquemas doutrinários se diferenciam daqueles empregados anteriormente pelo fato de não serem, simplesmente, enunciados gerais retirados da doutrina do republicanismo ou do ideário democrático. Antes de tudo, em lugar de partir deles para daí retirar as consequências para as instituições escolares, parte-se das ideias que se deve ter destas instituições (...) e do modo como devem funcionar num regime republicano e democrático; a isso se acrescenta, ampliando e enriquecendo a nova posição, muitas outras “ideias sociais”. Ao lado da inversão nos pontos de partida e do aparecimento de novos princípios e ideias sociais, o corpo doutrinário que se vai estabelecendo apresenta esta outra particularidade: encadeiam-se os princípios políticos – do republicanismo e da democracia, mas de acordo com a inversão mencionada – com os novos princípios da “moderna pedagogia” – do escolanovismo – de maneira que, a partir de determinado momento, estes princípios ganham tanta importância que chegam a exceder a dos princípios políticos. É essa reorientação do movimento reformista que vai definir a primeira e mais profunda mudança que sofre a educação brasileira em sua história: a substituição de um “modelo político” por um “modelo pedagógico”. (NAGLE, 1976, p. 196).

Na reforma mineira, portanto, realiza-se uma remodelação da escola primária, que passa a ser a “educadora da sociedade, cujos processos assimila para transmiti-los retificados e melhorados” (NAGLE, 1976, p. 197). Esse entendimento do papel da escola tem dentre seus fundamentos a psicologia das diferenças ajustadas às demandas sociais.

Nessa visão biopsicologizante, cada indivíduo precisa ter condições para se educar de forma a desenvolver plenamente suas aptidões naturais de forma vinculada à sociedade. Trata-se da influência da psicologia desenvolvida na medicina, cujo controle está atrelado aos ideais higienista e da eugenia. A educação tem nesses princípios, portanto, a função de “formação de um “novo homem” para a nova sociedade” (ANTUNES, 2005, p. 106). Junto com essa fundamentação, a psicologia é também responsável por fornecer às práticas educativas o instrumental técnico e o conhecimento científico para o trabalho com o educando, englobando: concepção de infância e fases do desenvolvimento; testes para verificação da maturidade do educando para a leitura e escrita; conhecimentos psicológicos que orientam currículo, avaliação, técnicas de ensino, com destaque para o método da escola ativa, elaboração de material didático e outros; testes de aptidão para particularizar e garantir a eficiência no meio escolar; e

métodos e técnicas de controle e adaptação de comportamentos visando o ajustamento social (SAVIANI, 2013).

Nesse sentido, a reforma do Distrito Federal, sob a coordenação de Antônio Prado Júnior e Fernando de Azevedo, em 1928, é que manifesta com maior clareza o ideário do escolanovismo e seus fundamentos psicológicos, considerada por Nagle (1976) o ponto culminante das novas ideias educacionais. Segundo o mesmo autor, as mudanças efetivadas buscaram “remodelação profunda e radical de todo o aparelho escolar” (NAGLE, 1976, p. 199): as escolas existentes foram reestruturadas interna e externamente, outras foram criadas, e modificados e instituídos novos serviços escolares. Tudo isso partindo de um plano geral cuja cientificidade é ratificada pelos novos parâmetros de pensamento validados por princípios advindos da psicologia funcionalista.

Essa concepção está atrelada à defesa do reformador. Fernando Azevedo, afinado ao movimento da Escola Nova, compreende o ideal de escolarização a partir de três aspectos: escola única, escola do trabalho e escola-comunidade. A escola única “foi entendida como uma educação inicial uniforme, uma formação comum, obrigatória e gratuita”; escola do trabalho consiste em “estímulo às observações e experiências da criança, levando-a a desenvolver o trabalho com interesse e prazerosamente, satisfazendo sua curiosidade intelectual”. Nessa concepção, o professor “é um colaborador que conduz o aluno em suas investigações e experiências e, participando de uma atividade que provocou e acompanha”. Por fim, a “escola-comunidade, postula que a escola seja organizada como uma comunidade em miniatura, incentivando o trabalho em grupo preferencialmente ao individual” (SAVIANI, 2013, p. 212). Tudo isso articulado à proposta de educação integral, isto é, instrução juntamente com formação moral e cívica, hábitos de higiene, educação física, vida profissional e vida comum diária.

A reforma do Distrito Federal irá ressaltar, assim, a natureza social da escolarização. Nas justificativas, destaca-se a compreensão: da escola adaptada às necessidades do meio social e, ao mesmo tempo, aperfeiçoando esse meio; da escola do trabalho, desenvolvendo solidariedade e cooperação social; escola para todos, com curso pré-vocacional, selecionando alunos aptos; e o currículo no sentido profissional, principalmente, nos cursos noturnos.

A reforma pernambucana em 1929, realizada por Carneiro Leão, fecha o decênio e “representa a primeira reação às tentativas um pouco apressadas para introduzir, de

uma vez e em conjunto, as normas do escolanovismo nos sistemas escolares estaduais” (NAGLE, 1976, p. 200). O que melhor a caracteriza é a estruturação administrativa. Sobre isso, Nagle (1976, p. 203) considera que nas reformas “a inovação importante consiste em estabelecer para a administração escolar uma esfera de atribuições de natureza técnico-pedagógica”. Igualmente foi a implantação do recenseamento escolar, demonstrando o esforço em ações planejadas e eficientes, com proeminência gradativa no serviço de estatística. É desse bojo que se estabelece o técnico em educação e, conseqüentemente, o discurso técnico-pedagógico para a solução dos problemas educacionais.

De forma geral, nas reformas da década de 1920, o aporte psicológico está presente nos fundamentos teóricos com forte influência da concepção funcionalista de adaptação e ajustamento do comportamento humano e cognição com função prática e utilitária; na concepção de infância, com destaque para a psicologia do desenvolvimento, psicologia do ato, testes de maturidade, psicologia das diferenças e orientação vocacional; na natureza do currículo; nas técnicas de ensino, com ênfase na escola ativa, integral, focada no trabalho e no meio social produtivo. Finalmente, nessas reformas “todo o esforço se faz para alterar o papel do educador, a natureza do currículo, a noção de aprendizagem, os métodos e técnicas de ensinar-aprender; enfim, procura-se reconstruir todo o aspecto interno das instituições escolares” (NAGLE, 1976, p. 191).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A histórica relação psicologia-educação no Brasil está articulada ao contexto político-econômico-social mais amplo. Dessa forma, no contexto republicano, com o intenso processo de urbanização e industrialização do país, psicologia e educação se inserem na perspectiva de construção de novas bases para a sociedade.

Portanto, os princípios psicológicos da Escola Nova presentes nas reformas educacionais da década de 1920 são basilares para a mudança na forma de analisar os problemas enfrentados na escola: com a reestruturação e remodelação segundo os princípios da Escola Nova, a técnica e a cientificidade passam a ser o padrão para

sistematizar e efetivar a escolarização, amenizando os determinantes político-econômico-sociais.

A realidade é que tanto a tecnificação do campo educativo quanto a naturalização do aporte psicológico em processo constituem-se formas de escamotear as determinações mais determinantes na marginalização da maioria da sociedade. Deposita-se na escola a esperança de salvação, revestindo o processo de escolarização de autonomia e poder suficientes para transformar todas as mazelas sociais, sem considerar, contudo, que as condições de existência não são dadas pela escola. Cabe questionar o quanto desse caminho persiste na atual conjuntura.

Outra tendência diretamente relacionada ao vínculo psicologia-educação no período analisado é a ênfase no indivíduo. Diferenças, potencialidades, aptidão, valorização, aceitação e respeito, desenvolvimento, adaptação social e aprendizagem não são meras palavras soltas ou modismos na educação. Efetivamente traduzem conhecimentos da psicologia que posiciona o indivíduo no núcleo de sua estrutura conceitual. Em meio ao desenvolvimento urbano-industrial, esse processo de individualização corresponde ao ideário da liberdade, do singular, do autônomo, do esforço pessoal e da competência tão ao gosto liberal. Concomitantemente, o destaque à conformação e adaptação do indivíduo aos padrões sociais também reflete as demandas do processo produtivo. Nesse sentido, todo o processo educativo precisa ser remodelado em função do indivíduo, da aprendizagem, das diferenças e, principalmente, das demandas da nova sociedade. Também aqui vale investigar em que ponto esse redirecionamento marca não somente a história da educação brasileira, mas, sobretudo, a forma de compreender e fazer a educação escolar atual.

Isto posto, faz-se necessário ressaltar que tanto a psicologia como as ideias pedagógicas são produzidas por sujeitos imersos em seu tempo histórico. Não se trata de invalidar a produção de conhecimento ou a práxis formativa humana; mas de reconhecer o vínculo existente entre o produto da atividade humana e a forma de sua produção. A relação psicologia-educação na república é emblemática nesse sentido, colocando a necessidade de pesquisas históricas e críticas tanto dos fundamentos psicológicos quanto dos diversos espaços em que a psicologia se insere no campo educativo.

Por último, não se pode negar a importância dessas reformas e dos reformadores para a educação brasileira e para a psicologia. As contribuições de Lourenço Filho para a psicometria, para a psicologia da educação e para a psicologia aplicada ao trabalho são

expressivas na história da psicologia no Brasil. Também se destaca a atuação desses reformadores não somente no campo educativo, mas também político da história brasileira ao lutar pela difusão da escola pública, gratuita e de qualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. **A psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição**. 4ª ed. São Paulo: Unimarco Editora/Educ, 2005.

FREIRE, Izabel Ribeiro. **Raízes da Psicologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 4ª ed.

GEBRIM, Virgínia Sales. **Psicologia e pedagogia nova no Brasil: a infância nos saberes e práticas escolares**. In: MIRANDA, M. G.; RESENDE, A. C. A (Org.). *Escritos de psicologia, educação e cultura*. Goiânia: Ed. da UCG, 2008, p. 55-70.

LOUREIRO, Marcos. **Psicologia da educação no Brasil**. In: MIRANDA, M. G.; RESENDE, A. C. A (Org.). *Escritos de psicologia, educação e cultura*. Goiânia: Ed. da UCG, 2008, p. 19-33.

MIRANDA, Marília Gouvea de. **Construtivismos, normalização da criança e reforma educacional**. In: CHAVES, S. M.; TIBALLI, E. F. A. (Org). *Concepções e práticas em formação de professores: diferentes olhares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 87-94.

MIRANDA, Marília Gouvea de. **Psicologia da educação e política educacional**. In: CARVALHO, Maria Vilani Cosme de (Org). *Temas em psicologia e educação*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006, p. 147-156.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo, EPU: Rio de Janeiro, 1976.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 21ª ed. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **As teorias da educação e o problema da marginalidade**. In: SAVIANI, D. *Escola e Democracia*. 41ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **As concepções pedagógicas na história da educação brasileira**. Campinas, UNICAMP, Projeto “20 anos do HISTEDBR”, 2005. Disponível: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_036.html
Acessado em: 30/10/2014.

